



Planejamento turístico:

análise da proposta no município de Valença (BA) no âmbito das recomendações das políticas públicas do turismo no país

Tourism Planning: an analysis of the proposition of the city of Valença (BA) in the context of public policy recommendation on tourism in the country

Planificación del turismo: un análisis de la propuesta de la ciudad de Valencia (BA) en el contexto de las recomendaciones de las políticas públicas nacionales sobre turismo

Fernanda Meneses de Miranda Castro < patriciagorni@brturbo.com.br >

Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora Efetiva do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sergipe, Brasil.

Moema Maria Cartibani Midlej < midlej@uol.com.br >

Doutora em Educação pela UFBA. Professora titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Bahia, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 15-jun-2009

Aceite: 19-out-2010

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CASTRO, F. M. M.; MIDLEJ, M. M. C. Planejamento turístico: análise da proposta no município de Valença (BA) no âmbito das recomendações das políticas públicas do turismo no país. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.18-35, abr. 2011.

REALIZAÇÃO

ivt Instituto Virtual de Turismo
www.ivt-rj.net



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: Este trabalho teve como objetivo geral estabelecer um paralelo entre as atuais recomendações das políticas públicas do turismo nacional e o planejamento do turismo no município de Valença – Bahia. Para tanto, foi realizada uma discussão teórica sobre a importância do planejamento para o desenvolvimento turístico do município, enfocando o turismo e o planejamento, o setor público e o turismo e planejamento e participação. Ademais, analisou-se a proposta de planejamento traçada para o município em questão, através de pesquisas e entrevistas com membros da secretaria de turismo e atores sociais. Foram realizadas pesquisas em dados secundários disponibilizados pela secretaria de turismo do município e em dados primários (entrevistas), bem como utilização do método DAFO, como método auxiliar de análise. Os resultados apontaram para a não consideração efetiva da participação popular nas ações propostas pelo planejamento turístico de Valença e na decisão de políticas públicas de turismo do município. Este resultado evidencia a utilização de ações inadequadas e a falta de compreensão dos indivíduos sobre a importância da participação. Conclui-se que a estruturação do turismo, baseada na participação e integração dos agentes envolvidos, pode trazer resultados mais efetivos e condizentes com a realidade da região.

Palavras-chave: Planejamento participativo; Políticas públicas; Turismo; Valença-Bahia.

Abstract: This study aimed to establish a parallel between the current recommendations of public policies on tourism and tourism planning in the municipality of Valença - Bahia. To this end, we performed a theoretical discussion about the importance of planning for tourism development in the city, focusing on tourism and planning, the public sector and tourism planning and participation. Furthermore, we analyzed the proposed planning for the municipality in question, through research and interviews with members of the secretariat of tourism and social actors. Surveys were performed on secondary data provided by the secretary of tourism of the municipality and on primary data (interviews) and use the method DAFO, as a method of analysis. The results showed no consideration for effective popular participation in the actions proposed by the Valença trip planning and deciding public policy tour of the city. This result demonstrates the use of inappropriate actions and lack of understanding of individuals about the importance of participation. Concludes that the structure of tourism based on participation and integration of agents can bring more effective results and consistent with the reality of the region.

Keywords: Participatory planning; Public politic; Tourism; Valença-Bahia.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo establecer un paralelo entre las actuales recomendaciones de las políticas nacionales de turismo y la planificación del turismo en el municipio de Valença - Bahía. Con este fin, se realizó una discusión teórica acerca de la importancia de la planificación para el desarrollo del turismo en la ciudad, centrándose en el turismo y la planificación, el sector público y el turismo y la planificación y la participación. Además, se analizó la propuesta de planificación establecida para el municipio en cuestión. La investigación se basó en datos secundarios disponibles en la oficina de turismo de la ciudad, en entrevistas con los miembros del departamento de turismo y actores sociales y un análisis DAFO. Los resultados demuestran que no hay consideración por la participación popular efectiva en las acciones de planificación turística propuesta por Valencia y en la adopción de políticas públicas de turismo en la ciudad. Este resultado muestra el uso de acciones inadecuadas y la falta de entendimiento de las personas sobre la importancia de la participación. Se concluye que la estructura del turismo basado en la participación y la integración de los interesados podría producir resultados más eficaces y coherentes con la realidad de la región.

Palavras clave: Planificación participativa; Políticas públicas; Turismo; Valencia-Bahía.

Introdução

O turismo é uma atividade considerada relativamente recente, tendo em vista que, só a partir do século XX, com o impulso das indústrias automobilística e aeronáutica e o desenvolvimento econômico das nações, o setor sofreu um processo de massificação, transformando-se “[...] na maior atividade econômica da atualidade” (MASINA, 2002, p. 15).

Este segmento, concebido pelo viés econômico, é consumidor intensivo de territórios, e deve ser considerado em uma ótica que aponte claramente quais objetivos econômicos se deseja alcançar, quais espaços devem ser protegidos e qual identidade que será adquirida ou fortalecida.

Nesta perspectiva, o planejamento deve se constituir em uma ferramenta de uso imprescindível para administrações públicas municipais que apostam no incremento do turismo através do desenvolvimento sustentável, da intervenção de diferentes níveis da administração pública e, principalmente, da necessidade de integração do planejamento turístico com outros instrumentos de organização do território.

Segundo Petrocchi (2001), o planejamento turístico identifica os segmentos específicos que poderão ser trabalhados com a oferta de produtos particulares que atendam as necessidades e desejos da demanda localizada, mas, para tanto, há a necessidade do envolvimento da população residente neste processo, pois, o principal vendedor deste produto é quem mais o consome, ou seja, a comunidade local.

O Sul da Bahia, no Nordeste do Brasil, um dos lugares turísticos mais promovidos do país, encanta o turista por seu abundante patrimônio natural, porém com graves problemas sócio-econômicos.

A importância e o crescimento da atividade turística na economia baiana definem destinos com particularidades no cenário sócio-cultural brasileiro, recomendando ações de planejamento integrado que estimulem um desenvolvimento equilibrado da atividade, dentro dos princípios da sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1993).

O município de Valença é o ponto central deste estudo, que apresenta algumas dificuldades para o desenvolvimento turístico. Atualmente, é utilizado, majoritariamente, como passagem de turistas em direção ao Morro de São Paulo, localidade do município de Cairú, funcionando como “corredor turístico”. O pouco aproveitamento dos recursos culturais e naturais, o descuido com o meio ambiente, a dificuldade de recursos para obras de infra-estrutura, a carência de mão de obra qualificada e a falta de conscientização da população, entre outros, são fatores que representam problemas e aguardam soluções.

Além disto, os residentes deste município não interagem com o processo de desenvolvimento turístico o que dificulta implementação de ações que levem em conta o caráter endógeno do desenvolvimento.

Atualmente as políticas públicas nacionais recomendam que os planejamentos turísticos em nível federal, estadual e municipal privilegiem o desenvolvimento endógeno, ou seja, a partir da percepção dos atores sociais das regiões turísticas.

Assim, o presente trabalho procurou analisar comparativamente a proposta de planejamento do turismo traçado para o município de Valença- Bahia com as recomendações das políticas públicas para o turismo. Para tanto, foram realizadas pesquisas em dados secundários disponibilizados pela secretaria de turismo do município e em dados primários a partir de entrevistas com membros da secretaria, bem como utilização do método DAFO, como instrumento auxiliar de pesquisa.

Os resultados apontaram que as ações propostas pelo planejamento turístico de Valença não consideraram efetivamente a participação popular na decisão de políticas públicas de turismo. Este resultado evidencia a importância de utilização de ações inadequadas e a falta de compreensão dos indivíduos sobre a importância da participação. Conclui-se que a estruturação do turismo baseada na participação e integração dos agentes pode trazer resultados mais efetivos e condizentes com a realidade da região.

Turismo e Planejamento

Planejamento e suas implicações na atividade turística

Existem várias definições sobre o termo planejamento. Pode-se defini-lo como uma técnica sucessiva e ordenada de olhar para dentro, para fora e para frente da organização, delineando caminhos para o futuro, enfrentando riscos e incertezas e aproveitando as oportunidades, ou como uma visão de futuro, idéia do ambiente interno e externo, competência adaptativa, flexibilidade estrutural e competência em conviver com imprecisão e mudanças rápidas ou ainda, é uma oportunidade para construir, reavaliar ou desenvolver um novo meio de ver uma organização.

Segundo Dias (2003) o que há de realmente concreto é que planejar significa basicamente organizar o futuro. É a orientação da atividade presente para determinado futuro, partindo sempre do pressuposto que existem várias alternativas possíveis.

O planejamento, assim, busca conceituar e atingir objetivos para o futuro, de modo que as transformações que ocorram nas sociedades não sejam determinadas por situações fortuitas, mas como consequência de decisões e propósitos originados por um grupo de pessoas.

O autor afirma que:

[...] a simples adaptação à realidade de planos elaborados sem nenhum planejamento estratégico não é planejamento, é pura improvisação. Assim, os chamados “pacotes econômicos”, rotulados muitas vezes de planos, são o melhor exemplo disso, não passam em sua maior parte de tentativas de adequação de uma política sem rumo predefinido (DIAS, 2003, p. 88).

Portanto, não se deve confundir a mera execução de planos ao planejamento. O ideal é, após o cumprimento de algumas metas de planejamento proposto, realizar uma avaliação da proposta estratégica e, caso haja necessidade, fazer as devidas correções em relação ao que foi traçado inicialmente.

Outrossim, todo e qualquer tipo de planejamento é uma ferramenta de poder significativo. Quando se escolhe uma das alternativas de diversos cenários futuros, a decisão é sobre aquela que mais interessa e beneficia o planejador, ou o grupo social o qual pertence. Pode-se dizer que poder e planejamento são conceitos indissociáveis, pois toda elaboração de um plano envolve o sucessivo método de tomada de decisões que comprometerão em maior ou menor grau um grupo de pessoas.

Weber (1991) define o poder como “toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” e o cerne do planejamento é impor determinada alternativa de desenvolvimento ao conjunto de uma dada socie-

dade. A arte do planejamento autentica um poder, pois quem a utiliza impõe sua vontade ao induzir a vida das pessoas e direcionar suas atividades entre outras possibilidades. Quando o planejamento é posto em prática, é possível visualizar que os diversos órgãos do planejamento detêm muito poder, seja ao nível dos órgãos governamentais, ou ao nível das empresas privadas.

Conquanto que nas distintas esferas em que se necessite planejar alguma coisa haja determinada complexidade intrínseca ao processo a ser planejado, os princípios básicos são de conhecimento comum a todos que se interesse em direcionar o futuro. Esta atividade possui algumas características peculiares como em relação ao tempo, quando a ação do planejamento se volta sempre para o futuro. Presente e passado servem apenas de referência; tem como objetivo orientar a transformação da realidade presente, em rumos predeterminados; as necessidades e os problemas são o fato gerador do planejamento, quanto maior o número ou a seriedade dos problemas, mais necessário se torna o planejamento; implica a existência de um sujeito ou agente do planejamento; informações ou dados são fundamentais para se elaborar um planejamento; os instrumentos do planejamento são os planos, programas e projetos; implica a escolha de caminhos ou ações diversas; as ações a serem empreendidas para atingir o objetivo proposto têm uma seqüência lógica e são realizadas de modo organizado (MIGLIOLI, 1982).

O agente ou sujeito do planejamento pode ser uma pessoa ou um conjunto de pessoas, e tem por função elaborar o plano e muitas vezes também executá-lo. Para a realização do planejamento de forma completa, atingindo os objetivos propostos, estes diversos elementos devem ser considerados em conjunto e nunca de maneira isolada.

Planejamento Turístico

A atividade turística realizada sem planejamento tem grandes possibilidades de produzir mais impactos negativos do que positivos. O fundamental é a intenção de planejar buscando a sustentabilidade em modelos de gestões, políticas públicas coordenadas e integradas, aumentando a capacidade socioeconômica, ambiental e cultural da atividade.

É na elaboração do planejamento que o Poder do Estado se manifesta com maior clareza, pois se trata de modificar uma tendência por outra previamente escolhida. O planejamento da atividade turística envolve a escolha de um cenário futuro que atenda aos interesses da maioria da população de um município, estabelecendo limites e regras e impondo condições que contribuam para o seu sucesso. Contudo, um dos pontos-chave para a questão do turismo no Brasil é a conscientização da população para a importância desta atividade. O Turismo depende da população, em todos os aspectos, para a imprescindível hospitalidade e os investimentos necessários.

Acredita-se que o planejamento do turismo deva passar por um programa de conscientização da população para a importância dessa atividade, os empresários devem se engajar nas questões políticas do seu município e os estudantes devem ser esclarecidos sobre o Turismo e o mercado de trabalho. Precisa-se de uma mudança cultural: a população deve enxergar e exigir providências concretas e corretas em prol do turismo.

O equilíbrio para este impasse pode ser obtido através de um planejamento consciente, que consiste em ordenar as ações do homem sobre o território, buscando a preservação das áreas naturais através de estratégias de desenvolvimento turístico sustentável.

O Turismo recentemente tem sido visto como um elemento da qualidade de vida, atividade de aproximação dos povos e superação de barreiras raciais e étnicas existentes. O planejamento, dentro

desse contexto, é uma importante ferramenta de ação dos governos em todos os níveis, para promover o desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis.

Essas bases, do ponto de vista da economia, devem considerar uma mudança de postura tanto da população, quanto governamental e, sobretudo empresarial, sob a égide da responsabilidade social, que preconiza a superação da concepção puramente economicista, onde as forças de mercado desejam maximizar os seus benefícios, seus lucros, desconsiderando os aspectos ambientais e socio-culturais. Geralmente, no seu início, ou seja, em curto prazo, a atividade gera aumento de emprego e renda, porém os seus impactos de médio e longo prazo são ignorados e quando a capacidade de carga máxima de exploração é atingida os efeitos poderão ser irreversíveis.

O papel do setor público no turismo

O turismo é extremamente dependente do setor público, pois o poder público é o principal responsável pela qualidade do produto turístico. A participação da população na implementação de uma política de desenvolvimento que envolva a maioria dos segmentos da sociedade é possível porque a qualidade do produto turístico depende do envolvimento sistêmico dos diversos componentes integrantes do produto global único que é o Turismo. O papel do setor público é facilitar, induzir e organizar, pois a atividade turística, por ser bastante dinâmica, traz benefícios em curto prazo, mas também pode prejudicar o meio ambiente natural e sociocultural com a mesma velocidade.

Portanto, para que o turismo desenvolva-se com sucesso, há a necessidade não apenas da intervenção do setor público, mas da parceria entre os diversos segmentos atuantes na atividade, conduzindo a um processo sinérgico, onde o todo é maior que a soma das partes integrantes do sistema.

O Estado é um dos principais responsáveis pelo planejamento turístico. Entre suas competências e atribuições está zelar pelo planejamento através de políticas e da legislação necessária ao desenvolvimento da infra-estrutura básica, proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural e sócio-cultural), bem como criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações necessários ao atendimento das necessidades e anseios dos turistas, geralmente a cargo de empresas privadas (RUSCHAMANN, 2004 p. 67). Atualmente o papel dos municípios tem tomado maior destaque, pois:

Partimos da premissa de que, em função do atual processo de globalização, sem descartar o importante papel a ser desempenhado pelos governos nacionais, os municípios devem assumir cada vez mais e intervir decididamente para obter a melhoria da qualidade de vida de suas populações. Num momento em que os processos transacionais tornam-se cada vez mais fortes, os diferentes níveis locais competem entre si no espaço globalizado. Disputam a instalação de plantas industriais, de enormes centros de compra, parques temáticos, fluxo de visitantes, etc. Os processos globais produzem efeitos diretos nas economias locais, e, para fazer frente a essas influências, devem organizar-se para aumentar sua competitividade (DIAS, 2003, p.36).

Estas competências incluem a facilitação de consenso em torno de estratégias e objetivos específicos para uma destinação e o fornecimento de uma estrutura para discussões públicas e privadas sobre o papel e as contribuições do setor turístico para a economia e para a sociedade geral, o que de fato é um dos objetivos desta pesquisa. Para que isso ocorra, o Ministério do Turismo, através

de Fóruns Estaduais e do Conselho Nacional de Turismo, promove e monitora ações em regiões e roteiros integrados e municípios.

Considerando o planejamento do ponto de vista do Estado, percebemos que as dificuldades são agravadas pela própria estrutura do sistema. É muito difícil coordenar um processo que engloba esferas federais, estaduais e municipais.

Segundo Dencker, “as decisões da comunidade não detêm poder suficiente para contrariar as políticas nacionais e regionais, e ainda há o fato de que muitas vezes as elites locais atuam em benefício próprio, sem considerar os interesses da comunidade” (2004, p. 12).

Contudo um processo participativo inclina-se a cooperar para o fortalecimento da atitude crítica da população envolvida, para o engajamento político no processo de tomada de decisões e até no auxílio quanto às medidas apresentadas. A participação facilita a resolução de crises, a democratização de oportunidades, apresentando melhores qualidades para reduzir as desigualdades sociais e a pobreza.

Destarte, uma grande dificuldade para as políticas e o planejamento participativo é a maneira a qual os integrantes do processo podem ser envolvidos. Resolver esta questão é a chave para o sucesso de processos desse tipo.

Planejamento e participação

O planejamento participativo, diferente à primeira sugestão que trás o nome, a participação das pessoas, caracteriza-se justamente pela impossibilidade de se fazer algo na realidade atual sem, ao menos, pedir às pessoas que tragam algum tipo de sugestão. O termo participação é usado ainda mesmo para aludir, cooptar.

De acordo com Gandin (2001), o planejamento participativo é, de fato, uma tendência dentro do campo de propostas de ferramentas para intervir na realidade, se diferenciado por alguns pontos: foi desenvolvido para as instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para a construção da realidade social. Os governos e seus diversos órgãos são exemplos; este tipo de planejamento parte da verificação de que não existe participação real em nossas sociedades; propõe-se, por isto, como ferramenta para instituições, grupos e movimentos e, obviamente para os governos e seus órgãos, para que possam ter uma ação direcionada a influir na construção externa da realidade. Como consequência, construir um conjunto de conceitos, de modelos, de técnicas e de instrumentos que permitam utilizar processos científicos e ideológicos e organizar a participação para intervir na realidade, na direção conjuntamente estabelecida.

Planeja-se de todos os jeitos porque planejar é inerente ao pensar humano. Mas a utilização de conceitos, modelos, técnicas e instrumentos cientificamente fundamentados e adaptados ao que se vai planejar tem traduzido resultados evidentes e compensadores (GANDIN, 2001, p. 82).

O planejamento participativo tem como uma das suas principais tarefas contribuir para a construção de valores que constituirão a sociedade, pois ele pretende ser mais do que um instrumento da administração, parte da idéia que não basta uma ferramenta de eficiência, mas o incremento de conceitos, modelos, técnicas e instrumentos para definir a eficácia. Destarte, este planejamento tem uma visão própria de participação. Ele surge a partir do estudo de uma situação que enxerga uma

sociedade organizada de maneira injusta, ilustrando-se injustiça como a não participação de todos os pares e inclui distribuição de poder, abrangendo conhecimento e análise de todas as partes: o que, onde, como e com quem fazer. Os atuais processos de desenvolvimento, a globalização e a facilidade de acesso à informação não permitem mais aos gestores das distintas formas de organização impor normas prontas e pré-determinadas. A visão atual é a que todos têm capacidade de descobrir caminhos e influenciar uns aos outros. O objetivo final é a administração conjunta dos meios para seguir a caminhada para o que foi estabelecido, onde os governantes e dirigentes serão, de fato, servidores da comunidade.

Porém, a participação atualmente, ainda de acordo com o mesmo autor, é usada de maneira deturpada. As pessoas acabam sendo manipuladas pelas autoridades, são utilizadas metodologias inadequadas e os próprios indivíduos não compreendem a idéia principal da importância da participação, que pode ser exercida por níveis de colaboração, decisão e a construção em conjunto, que acontece quando o poder está com as pessoas, ocasionando a possibilidade de um processo de planejamento onde todos, com seus saberes, suas consciências, organizem seus problemas, idéias, ideais, conhecimento de realidade, propostas e, enfim, ações.

Infelizmente, o planejamento participativo também ainda pode ser considerado um dos grandes mitos de um planejamento. A pergunta paira em como fazer todos os atores efetivamente participarem do desenvolvimento turístico. Os problemas começam a surgir quando se debate como se dará a participação da população. De acordo com Dias,

Quando se trata de planejamento do desenvolvimento de um país, a questão deve ser encarada de outra forma. Seria uma profunda demagogia querer incorporar as massas, diretamente, no debate do conteúdo de planejamento. Mas há mecanismos institucionais pelos quais essas massas podem expressar-se e que devem ser utilizados, tais como os partidos políticos, representantes no parlamento, organizações representativas da comunidade, organizações não governamentais, etc. (DIAS, 2003, p. 113).

Muito embora na prática, este tipo de participação não seja tão efetivo quando o discurso o impõe, em uma proposta de desenvolvimento local, os atores sociais exercem um papel de extrema importância, colocando em destaque em um novo processo em que eles (governos locais, empresas, organizações sociais) unem forças e recursos para conseguir novas formas de cooperação com o fim de estimular as ações locais e concretizá-las. Os atores sociais diretamente envolvidos no processo não podem desconsiderar a participação e o conhecimento dos que potencialmente podem vincular-se a estratégias e projetos com uma contribuição positiva (MARSIGLIA e PINTOS, 1999).

A questão da participação tem ligação direta com o conceito de cidadania, no sentido que este faz referência ao estado de um indivíduo portador de direitos, ou seja, com direito de decidir sobre o seu próprio destino. De um modo geral, o discurso dos planejadores para justificar a não participação da população é a complexidade técnica do processo. Porém, o desconhecimento de aspectos técnicos não justifica a atitude dos gestores, pois o necessário efetivamente é a apresentação do panorama que foi escolhido e se este satisfaz as necessidades materiais e de qualidade de vida dos envolvidos. No que concerne à participação, o planejamento tem um aspecto utópico evidente, mas como afirma Demo (1993, p. 82) *apud* Dias (idem p. 114)

É erro imaginar que a participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo, a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca

será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem podem faltar o entusiasmo e a fé nas potencialidades de quem a primeira vista pareça de tudo destituído e imerso só em pobreza (DEMO *apud* DIAS (idem p. 114)).

Desse modo, a participação pode ser vista como um processo em que o nível de conhecimento em razão da experiência adquirida, o conhecimento das estruturas participativas e o aumento do intercâmbio entre os agentes sociais ocasionam maior envolvimento popular nas decisões tomadas que norteiam o futuro de dadas comunidades.

Contudo, a participação não é a solução para os problemas de ineficácia de um plano. É preciso uma administração pública eficiente, preocupada com o bem estar das comunidades e realmente envolvida em projetos e programas voltados para a melhoria da qualidade de vida das localidades.

Na atividade turística o papel desempenhado pela comunidade é muito importante. Os produtos e serviços turísticos são formatados nesta perspectiva, de acordo com as expectativas do turista, porém não se pode estruturar um atrativo turístico sem levar em consideração a cultura local, que é o seu principal elemento identificador. Um turista, quando visita um local, busca perceber a maneira como as pessoas que lá habitam e se manifestam, qual é a sua identidade. Ou seja, a comunidade, na realidade, faz parte do produto turístico e deve aceitar cumprir este papel, de ser atrativo e compor a paisagem do local que é vendido a um público externo. Portanto, na atividade turística a não-participação da comunidade em seu planejamento pode significar diversos problemas, pois a não-disponibilidade da comunidade em relação ao turismo ou a inadequação dos atrativos turísticos locais ao conceito dos produtos oferecidos afetam gravemente qualquer tentativa de desenvolvimento turístico.

Recomendações de políticas para o turismo e a proposta de planejamento turístico de Valença

Na organização do turismo do país, as políticas públicas seguem as recomendações da Organização Mundial de Turismo. Deste modo, o Governo Federal elabora ao nível estratégico e de longo prazo, em periodicidade quadrienal, o Plano Nacional de Turismo, que é o conjunto de preposições dos representantes dos segmentos que integram o Conselho Nacional de Turismo. Este plano desdobra-se em projetos os quais os Estados orientam a criação de programas que serão desenvolvidos nos municípios.

O Plano Nacional de Turismo (PNT), lançado no Brasil em 2003, contem as diretrizes, metas e programas para o período de 2007 a 2010. Seu principal objetivo é a descentralização da gestão do turismo, abrangendo em última instância o município, onde efetivamente o turismo acontece.

Atualmente o programa que vem sendo aplicado nos municípios é o de regionalização – Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Este modelo define-se como uma “gestão política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia das decisões” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004). Tal programa visa promover a cooperação e parceria de todos

os stakeholders¹ envolvidos – turistas, sociedade organizada, governo, empresários, trabalhadores, instituições de ensino e comunidade –, objetivando dar qualidade ao produto turístico, diversificar a oferta turística, estruturar os destinos, ampliar e qualificar o mercado de trabalho, aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional, ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional e aumentar a taxa de permanência e gasto médio por turista. Tais objetivos são prioritários, porém constituem diretrizes² e os municípios podem desenvolver suas próprias estratégias locais de desenvolvimento turístico.

Segundo Petrocchi (2001) um roteiro de Planejamento do Turismo deve ser: adequado à gestão do turismo dentro da realidade dos municípios brasileiros; indutor do desenvolvimento do Turismo; ter visão do cliente e destino turístico como forma do Turismo ser o distribuidor de renda e gerador de empregos; e tornar os municípios mais bonitos, com espaços urbanos bem cuidados, pessoas hospitaleiras e capacitadas a prestar bons serviços dentro de um ambiente protegido.

A partir de uma análise macroambiental onde são observados aspectos internos ao ambiente: o inventário turístico, ou seja, toda a oferta disponível em uma localidade em todos os seus aspectos, pontos fortes e pontos fracos e o seu ambiente externo: o mercado e suas ameaças e oportunidades – todo o diagnóstico do ambiente em questão – são traçados os objetivos possíveis e a estratégia de marketing, enfocando a conceituação do produto turístico, a oferta do produto em relação ao mercado, a segmentação e a comunicação. Em seguida são traçados planos setoriais e programas específicos. O planejamento tem por finalidade definir as decisões básicas que articulam as políticas vigentes. Ele estabelece diretrizes que orientarão decisões para o tipo de turismo que se querem promover, quais mercados se querem atingir, metas a alcançar e estratégias de programas de ações. Ainda segundo Petrocchi,

O planejamento dá coerência e convergência às atividades em prol do turismo. Além disso, deve converter recursos naturais em recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infra-estruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do ambiente físico, natural e urbano. É algo sistêmico, dinâmico. O macroambiente deve ser permanentemente monitorado, de forma que o sistema turístico tenha sempre uma visão atualizada do que o cerca (PETROCCHI, 2004, p. 72).

Nunca é demais ressaltar que seja qual for o método adotado no planejamento do turismo, é fundamental que tal planejamento seja organizado de modo a buscar a sustentabilidade. O turismo, como é um sistema e sinérgico, deve integrar-se com os demais setores de intervenção pública.

População autóctone e participação: sustentabilidade da atividade turística

A conscientização da população autóctone é a primeira fase para alcançar o turismo sustentável. A população precisa estar consciente sobre o conceito de turismo sustentável³, quais são os impactos

1 Stakeholders é um termo em inglês que serve para designar todas as pessoas ou empresas que, de alguma maneira, são influenciadas pelas ações de uma organização. Neste caso, significa dizer os atores sociais envolvidos.

2 São orientações com certo grau de flexibilidade.

3 Entende-se por turismo sustentável aquele que “[...] opera dentro das capacidades naturais de regeneração e produtividade futura dos recursos naturais, reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida fazem a experiência do turismo; aceita que estas pessoas devam ter a participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas” (WWF, 2007).

positivos e negativos do turismo, o que é um produto turístico, por que ela é importante para o desenvolvimento do turismo e, principalmente, como ela pode contribuir para este desenvolvimento.

O desenvolvimento do produto turístico, segundo a Estratégia Turística da Bahia entre 2003-2020 definida para o Estado da Bahia, pelo órgão oficial de turismo do Estado – a Bahiatursa e a Secretaria de Cultura e Turismo, está estreitamente ligado à qualidade, diversidade, maturidade, autenticidade, capacidade comercial e sustentabilidade de seus produtos. Um dos valores desta Estratégia é a hospitalidade, ou seja, os turistas na Bahia serão recebidos com satisfação pela população autóctone, preservando a imagem dos baianos como povo hospitaleiro.

O modelo proposto pelo Sebrae-BA no novo parâmetro de desenvolvimento do turismo – o da Regionalização e Roterização Turística – apresenta a mobilização das lideranças locais, de modo a estimular a comunidade a atuar e decidir sobre o seu próprio futuro. Segundo este modelo, a comunidade que detém informações e conhecimentos valoriza seus produtos turísticos, defende sua identidade e é consciente, criticamente, acerca da sua realidade. Assim como no Planejamento Estadual, o da regionalização ressalta a importância da hospitalidade. As manifestações, hábitos e práticas que a comunidade desenvolve em relação aos visitantes, segundo França (2005) dependem da organização da comunidade, da integração e solidariedade que habitualmente desenvolvem. Segundo Guitelman (*apud* França, 2005), o homem é um atrativo, por isso, nas comunidades, os autóctones devem se organizar dentro de um sistema original que permita canalizar as expectativas das pessoas que chegam ao lugar oferecendo-lhes sua hospitalidade.

No turismo de nível local, o município exerce importante papel no desenvolvimento. Isso porque cada lugar tem suas características singulares que, se bem trabalhadas, assumem importante papel no desenvolvimento.

Outrossim, o turismo é uma atividade com algumas características peculiares. Uma das mais importantes é o fato de que ele deve ser consumido no local onde existe a sua matéria-prima, ou seja, ele é simultaneamente espaço produtivo, de produção e de geração da atividade. Nesse sentido, pode-se inferir uma dupla leitura no papel do turismo no município, apresentando riscos e oportunidades.

As oportunidades que o desenvolvimento do turismo apresenta são muito conhecidas: aumento do emprego e renda, incremento das atividades de proteção ambiental e cultural, ressurgimento de festas tradicionais, etc.; e os principais riscos que a atividade trás são a super exploração dos potenciais, numa cultura eminentemente de curto prazo, onde os modelos de desenvolvimento não propõem, em boa parte das vezes a sustentabilidade.

Uma cidade limpa, bem cuidada, com o seu meio ambiente e cultura devidamente preservados, com os espaços públicos bem organizados, enfim, uma cidade boa para os próprios habitantes gera um potencial turístico. Ou seja, quando uma cidade é bonita, ela é potencialmente turística. Porém, além disso, o município pode adotar outras medidas relacionadas com o desenvolvimento da atividade (DIAS, 2004, p. 165): estabelecer um planejamento para o desenvolvimento do turismo, assumir a liderança no processo de desenvolvimento turístico local, articular com a iniciativa privada o desenvolvimento do turismo, promover o município como destino turístico junto aos principais mercados emissores, e, finalmente, o apoio ao turista - placas de sinalização, esclarecimento da comunidade sobre o papel do turismo e do turista no município, estrutura pessoal qualificada, centros de informações turísticas, etc.

De acordo com as recomendações do PNT, os municípios são incentivados a criar conselhos municipais de turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional pública e privada,

possibilitando a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando assim, o sistema nacional de turismo (PNT, 2007, p.44).

Neste contexto, o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – integrante da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento, que foi criado no final da década de 1990, tinha como principal objetivo incrementar os níveis de emprego e renda da população nordestina. Atualmente, o PRODETUR encontra-se na sua segunda fase, o PRODETUR II, e trabalha o conceito de Pólos Turísticos (espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares) e a realização de planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo nos pólos turísticos selecionados, visando benefício da população local – desenvolvimento humano e social. Os pólos também buscam a mobilização e integração dos atores locais com foco na atividade turística e nos resultados em benefício da população local (PRODETUR, 2006)

Procedimentos Metodológicos

A metodologia do presente trabalho consistiu em leituras de textos, livros e artigos científicos, bem como pesquisas exploratórias através de entrevista semi-estruturada e pesquisas em dados secundários.

O artigo iniciou-se com pesquisas exploratórias e leituras, para a coleta de material suficiente que embasasse o conteúdo do trabalho que tem como foco analisar o planejamento turístico do município de Valença e as recomendações das políticas públicas para o planejamento turístico.

Foram utilizados três instrumentos de pesquisa. O primeiro foi a entrevista na Secretaria de Turismo do Município de Valença - SECTUR, que segundo Marconi e Lakatos (2001), é uma conversa efetuada face a face que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação desejada. Ademais, foi realizada uma pesquisa secundária, pois foram analisados os documentos do planejamento turístico disponibilizados pela SECTUR. O último instrumento auxiliar de pesquisa foi a técnica DAFO, que serviu para apontar os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades do planejamento do município em questão.

Do original inglês SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), esta técnica foi idealizada nos anos 1960 nas escolas americanas de administração e tem o intuito de definir estratégias para manter pontos fortes, reduzir a intensidade de pontos fracos, aproveitando oportunidades, protegendo-se de ameaças em negócios, ambientes e cenários econômicos. Seu objetivo consiste em assinalar em um quadro resumo a evolução de pontos fortes e fracos com as ameaças e oportunidades externas, em integração com a lógica de que a estratégia deve ser capaz um adequado ajuste entre sua capacidade interna e sua posição competitiva externa.

O item seguinte apresenta um detalhamento da entrevista com a SECTUR e um detalhamento dos Planos de Ação analisados. Para a apresentação das análises, o texto grafado em itálico foi extraído diretamente dos Planos de Ações de Valença.

O planejamento turístico de Valença

Como fora colocado, para a realização desta pesquisa foi elaborada uma entrevista semi-estruturada com membros da Secretaria de Turismo de Valença. Este tipo de entrevista favorece a coleta de dados, uma vez que o entrevistador, não estando preso a um roteiro, não transforma o momento em um ritual de perguntas e respostas (ALVES, 2007).

Na entrevista buscou-se esclarecer como se dá o planejamento turístico no município, se a população participa do planejamento e como é a relação entre a secretaria e os demais gestores de turismo em âmbito estadual e federal. Constatou-se que a Secretaria de Turismo organiza-se para desenvolver o planejamento através da realização de planos de ação, como está descrito a seguir.

Denominada *Secretaria de Cultura, Indústria e Comércio, e Promoção e Eventos*, a Setur do município trabalha em conjunto com alguns outros órgãos. O Plano de Ação para a gestão da época era de curta duração (2007-2008) e abordava principalmente a aproximação da visão do planejamento às visões das comunidades e mercados. O fundamento deste plano era a partir de uma análise da atual situação do município propor algumas ações objetivando o fortalecimento da gestão municipal do turismo.

Os principais objetivos da Secretaria de Turismo envolviam as dimensões organizacional, operacional e de sustentabilidade (SECRETARIA DE TURISMO DE VALENÇA, 2007). Na dimensão organizacional enfocava-se o *fortalecimento e a estruturação dos Conselhos Municipais e Fundos Municipais*; a existência de planejamento municipal eficiente para a gestão do turismo, cultura, promoção, eventos, indústria e comércio; uma base legal eficiente e/ou correta aplicação; e uma estrutura organizacional e administrativa adequadas. A dimensão operacional pretendia aumentar o quadro de pessoal (com capacitação técnica) para as ações de desenvolvimento do turismo, cultura, promoção, eventos, indústria e comércio e; maior capacidade técnica e política para captar, ampliar e aplicar recursos próprios e de terceiros para as ações de desenvolvimento do turismo. *A dimensão de sustentabilidade intencionava aumentar os níveis de interação e cooperação entre os órgãos municipais, entre os municípios e entre as demais esferas de governo; maior envolvimento e participação da comunidade nos projetos municipais para o turismo; aplicação de recursos com vínculo com a viabilidade econômica, social e ambiental dos projetos da secretaria.*

Para o desenvolvimento de tais ações a Secretaria de Turismo realizou um estudo com os empresários e hoteleiros de Valença e da praia do Guaibim, questionando as suas principais dificuldades, principais preocupações enquanto empresários, quais as expectativas em relação à prefeitura Municipal de Valença e da Secretaria de Turismo, que tipos de cursos sugerem para os funcionários, que tipos de atividades esperavam para o ano e como eles, enquanto empresários poderiam colaborar com PMV e a SECTUR para melhorar a economia e o turismo regional.

A partir desse resultado o órgão oficial de turismo do município propôs algumas ações de cunho organizacional, vinculadas às principais aspirações e dificuldades dos empreendedores. Um ponto positivo da gestão do turismo em Valença é a constante comunicação e atuação junto às esferas estadual e federal, apontando a efetivação de uma das principais características do desenvolvimento turístico: o entrosamento de todas as esferas de atuação, ao nível de governo. Outro ponto que merece destaque é a parceria entre o Conselho de Turismo (COMTUR) e a Secretaria.

Além das aspirações do trade, a Secretaria propunha ações de cunho estrutural, visando o desenvolvimento sinérgico do meio ambiente, da cultura e do turismo, visando à adequação turística de todos os seus atrativos. Pode-se citar a criação da “Lei Municipal do Turismo”, a elaboração de

diversos projetos visando organizar o funcionamento das atividades turísticas, o fortalecimento do marketing e promoção da cidade, o fomento às manifestações culturais locais e a implementação junto aos demais órgãos responsáveis, de leis de proteção ao patrimônio e à cultura, buscando a sustentabilidade dos diversos tipos de manifestações culturais, etc.

Uma breve análise indica que a atual gestão da *Secretaria de Cultura, Indústria e Comércio, e Promoção e Eventos* do município de Valença buscou organizar-se de acordo com os princípios de um planejamento turístico sustentável, embora não haja o Planejamento Efetivo, em longo prazo, há apenas a proposta de um Plano de Ação. Também não há um diagnóstico das potencialidades do município. Sabe-se que uma das bases norteadoras de um planejamento estratégico é a sua visão em longo prazo. Como não foram encontrados dados anteriores, pressupõe-se que essa ação seja pioneira no município, porém a necessidade de implantação de um Planejamento Turístico é fundamental para que as ações tenham continuidade e consigam contemplar, efetivamente, todas as esferas envolvidas no processo, pois gestões políticas passam e a continuidade de um trabalho é fundamental para o sucesso da atividade.

Ademais, ainda verificou-se a existência de um Plano Anual de Investimentos para o Turismo, realizado pelo Conselho de Turismo do município no ano de 2006. Tal plano foi elaborado em consonância com o Protocolo de Intenções visando à Execução de Ações para a melhoria da Atividade Turística na Costa do Dendê, firmado entre o Governo do Estado, através da BAHIATURSA e a AMUBS - Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia, ou seja, mais uma vez conjugando todas as esferas de atuação. Este plano continha elencadas ações no intuito de promover o turismo no município. Dentre tais ações pode-se destacar a inventariação dos recursos naturais, culturais e históricos (materiais e imateriais) existentes no município e a proposta de ações para o desenvolvimento turístico.

Comparado ao Plano de Ação 2007-2008 pode-se certificar que a única ação concluída e em plena atividade é a do calendário de eventos. Percebe-se que o município conhece o seu potencial e seus recursos existentes, contudo não consegue organizar-se de modo a cumprir efetivamente o que planeja. Constatou-se também que o Plano Anual de Investimentos para o Turismo, vigente no ano de 2007 tem o mesmo conteúdo da proposta do ano anterior, ou seja, o Conselho não conseguiu cumpri-lo em 2006.

O planejamento turístico de Valença: análise DAFO

Sabe-se que um dos pontos fortes do planejamento turístico do município de Valença é a ação conjunta com os governos estadual e federal. O município pertence ao Pólo Litoral Sul, que engloba as Costas do Cacau e do Dendê. Tais pólos vêm sendo reestruturados privilegiando aqueles com foco no desenvolvimento endógeno a partir dos atores sociais das regiões turísticas. O desenvolvimento endógeno, por seu turno, é um paradigma que parte da idéia de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, sob o controle das comunidades locais, tomando como meta derradeira a melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (STÖHR, 1981; VÁSQUEZ BARQUERO, 1998).

Este conceito reforça a idéia central da presente pesquisa, pois é a comunidade uma das principais ferramentas para o planejamento turístico por ser detentora das características culturais das regiões e a cultura se configurar como uma dos principais atrativos turísticos. Através do método

DAFO, que se constitui uma metodologia auxiliar na análise dos dados, propõe-se uma avaliação dos pontos fortes, pontos fracos, das ameaças e oportunidades do planejamento turístico do município de Valença.

Valença não possui um Planejamento Turístico, do ponto de vista técnico, mas baliza suas atividades para o setor, a partir de algumas diretrizes de ação, condizentes com o Plano Estadual de Turismo, e estratégias traçadas pelo referido Plano para dar suporte ao desenvolvimento regional.

Essas ações estão sistematizadas no Plano de Ação 2007-2008, que se constitui o documento oficial da Secretaria de Turismo local.

No quadro 1 estão identificados os principais resultados obtidos com esta técnica, na análise do plano de ação da Secretaria de Turismo do Município de Valença.

Quadro 1. Análise DAFO do Plano de Ação 2007-2008 do Município de Valença-Ba

<p><u>DIFICULDADES</u></p> <p>D1 Falta de planejamento em longo prazo.</p> <p>D2 Como definir a participação da dos representantes do segmento turístico no planejamento?</p> <p>D3 Participação efetiva da comunidade no planejamento.</p> <p>D4 Inexistência de inventário de recursos turísticos.</p> <p>D5 Qualificação profissional e falta de conscientização da comunidade sobre a importância do turismo.</p>	<p><u>AMEAÇAS</u></p> <p>A1 Falta de desenvolvimento integrado aos demais municípios da Costa.</p> <p>A2 Visar o turismo como atividade exclusiva e prioritária para o desenvolvimento do município.</p> <p>A3 O poder e a disposição de investimento do setor público e privado.</p> <p>A4 Imediatismo nas ações.</p> <p>A5 A realização das metas depende de fatores internos e externos ao planejamento turístico.</p>
<p><u>FORTALEZAS</u></p> <p>F1 A visão do desenvolvimento sustentável integrado da cadeia produtiva do turismo.</p> <p>F2 O fortalecimento das representações institucionais, associativistas e da sociedade civil organizada e facilitador do diálogo entre setor público e privado.</p> <p>F3 Tentativa de inserção das comunidades locais para a elaboração e implementação dos planos de ações.</p> <p>F4 Parcerias entre governo municipal, estadual e federal.</p> <p>F5 Estímulo ao planejamento e ordenamento da atividade turística na localidade.</p>	<p><u>OPORTUNIDADES (recomendações)</u></p> <p>O1 Fortalecimento do Plano de Regionalização do Turismo e Desenvolvimento Integrado da Costa do Dendê.</p> <p>O2 Elaboração e implementação de estudos e projetos em prol do turismo no município.</p> <p>O3 Ser uma das principais áreas a serem beneficiadas pelas ações do PRODETUR NE II, com base no conceito de Pólos Turísticos.</p> <p>O4 Realização de planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo.</p> <p>O5 Foco em ações visando benefício da população local – desenvolvimento humano e social (qualidade de vida).</p>

Como se pode verificar no quadro sinóptico DAFO, a ausência de planejamento e participação dos autóctones constitui-se no principal entrave para impulsionar a atividade turística como fator de desenvolvimento regional, apesar do grande potencial local.

O município pode aprofundar as suas variáveis controláveis, como por exemplo, os recursos materiais e humanos (como tem buscado habilitar as pessoas que trabalham no trade a partir dos cursos de capacitação e parcerias da iniciativa privada) e criar artifícios para que as variáveis incontáveis - macroambiente ou ambiente externo – sejam o resultado de ações programadas, e não o resultado de ações fortuitas.

A partir da análise dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades do Plano de Ação de Valença observa-se que a SECTUR pode criar mecanismos de captação de recursos em prol do desenvolvimento sustentável do município, buscando estreitar as relações com o trade turístico, continuar com a boa comunicação com as esferas estadual e federal, procurando incrementar a participação da população no planejamento turístico e definindo a maneira pela qual os representantes do segmento podem atuar no planejamento, através da criação de um planejamento em longo prazo.

Considerações Finais

Uma das principais recomendações de políticas públicas para o turismo local é a participação da população no processo. Sabe-se que no cenário do turismo a inserção da comunidade é uma das tarefas mais complexas dos planejadores. Contudo, a formulação de modelos participativos tem sido tema de diversas pesquisas e, na maioria delas (DENCKER, 2004), procura-se estabelecer vínculos mediante trocas simbólicas, que embora não possam ser medidas pelos modelos de avaliação baseados em práticas contratuais, são fundamentais para o sucesso e desenvolvimento de práticas associativas e participativas.

O aspecto do desenvolvimento local enfatiza uma nova metodologia em que diversos atores (governos locais, empresas, organizações sociais) unem-se para conseguir novas formas de cooperação objetivando incentivar empreendimentos locais e concretizá-los. Os representantes locais diretamente envolvidos no processo não podem desconsiderar a participação e o conhecimento dos que potencialmente podem vincular-se a estratégias e projetos com uma contribuição positiva. Todos podem ser capazes de adquirir ou potencializar os conhecimentos e habilidades necessárias.

Os municípios também são objetos de organização. Uma política municipal de turismo deve levar em consideração alguns aspectos que servirão de ferramentas para o desenvolvimento sustentável. É preciso verificar qual o modelo turístico que pode ser desenvolvido no município. Nesta avaliação deve-se atentar para todos os recursos que o município dispõe e tentar utilizá-los da melhor maneira. A organização territorial também deve ser considerada. Isto porque é preciso respeitar a identidade local proporcionada pela história do município. A participação dos diversos stakeholders envolvidos também deve ser observada, ou seja, a gestão do turismo em escala local deve ser de compartilhamento de responsabilidades entre o setor público, o setor privado e o terceiro setor, articulando os negócios privados com o bem-estar da comunidade residente e a sustentabilidade dos recursos.

Deve-se destacar, principalmente, a criação de uma cultura para o turismo. A comunidade local deve perceber que o envolvimento dela com o turismo pode provocar uma fonte de oportunidades para o município. A população deve ser informada da importância do desenvolvimento do turismo, seus malefícios e benefícios, para que tenha consciência da seriedade da sua participação.

O turismo pode ter uma absorção muito positiva, promovendo o desenvolvimento do município, a melhoria da qualidade de vida da comunidade e pode ser um parceiro na administração do patri-

mônio cultural e ambiental. Porém, para que isso aconteça é necessário estabelecer as bases de uma política municipal de turismo que vá ao encontro das necessidades da população local, e que esta acompanhe sua implantação através da participação ativa na discussão de um Plano de Desenvolvimento do Turismo em nível local (DIAS, 2003, p. 151).

De acordo com o Plano de Ação 2007-2008, previsto para o município, são agendadas reuniões periódicas com a comunidade no intuito de praticar a gestão participativa, porém, verifica-se que não há efetivação nas ações discutidas, provavelmente por descompromisso dos gestores do turismo e seus partícipes. Para os atores, a Secretaria de Turismo espera que os representantes do trade mobilizem o desenvolvimento turístico, e os gestores aguardam ações dos atores sociais.

A partir dos resultados da pesquisa pode-se concluir que o planejamento turístico do município de Valença, para conseguir efetivamente atingir os objetivos traçados quanto à participação popular, uma das principais recomendações das políticas públicas, necessita de um mecanismo de comunicação entre gestores e representantes do trade, com vistas a tornar a interlocução entre os dois segmentos mais eficientes e as idéias discutidas, transformadas em ações concretas para o desenvolvimento do turismo no município.

Referências bibliográficas

ALVES, Magda. **Como Escrever Teses e Monografias**: um roteiro passo a passo. 3. reimpr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. **Século XXI – Consolidação do Turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020**. – Salvador: A Secretaria, 2005

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, **Plano de Ação PRODETUR NE-II**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR.asp>. (acessado em 09/2006)

BOMFIM, Natanael. R. **A Representação Social como Teoria e Método de Pesquisa em Ciências Humanas** (Texto Didático), 2006.

COSTA, Marcio. A. L. **Segmentação do mercado turístico: o caso do destino Brasil**. 269 f. (Dissertação Mestrado em Cultura e Turismo). Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

DENCKER, Ada. F. M. (org). **Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao estudo do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANÇA, Rosana. D; AMARAL, Camélia. A. **Destinos Competitivos: metodologia para regionalização e roteirização turística**. Salvador: SEBRAE/BA, 2005.

GANDIN, Danilo. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção da realidade**. In: Currículo sem Fronteira, v. 1, n. 1 Jan/Jun, 1991.

GOMES, P. C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I.E. et al. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- MARSIGLIA, J; PINTOS, G. **La construcción del desarrollo local como desafío metodológico**. In: Desarrollo Local en la Globalización. MARSIGLIA, J. (comp.). CLAEH. Montevideo, 1999.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, 2007.
- _____. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, 2004.
- PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2001.
- RUSCHMANN, Doris. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SECRETARIA DE CULTURA INDÚSTRIA E TURISMO DE VALENÇA. **Plano de Ação 2007-2008**. Valença, Bahia, 2007.
- _____. **Plano Emergencial de Turismo de Valença**. Valença, Bahia, 2006.
- STÖHR, W. **“Development from below: the bottom-up and peripheryinward development paradigm”**, Development from above or from below?, STÖHR, W. and TAILOR, D. F. (Ed.), John Wiley, Chichester, 1981.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. **“Desarrollo local y dinámica regional”**, In: Economía y política regional en España ante la Europa del s. XXI, MELLA, J. M. (Coord.), Akal: Madrid, 1991.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 1991.
- <http://www.wwf.org.br/> (acessado em 07/2007).